

Ética na pesquisa social: desafios ao modelo biomédico¹

DOI: 10.3395/reciis.v2.Sup1.211pt



Debora Diniz

Universidade de Brasília,
Brasília, DF, Brasil
anis@anis.org.br



*Iara Coelho Zito
Guerriero*

Secretaria Municipal de
Saúde de São Paulo e Facul-
dade de Medicina ABC, São
Paulo, Brasil
iara.guerriero1@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa os principais desafios envolvidos na revisão ética de projetos de pesquisa social com técnicas qualitativas de levantamento de dados. O sistema de revisão ética brasileiro foi idealizado tendo as ciências biomédicas como referência de campo disciplinar e técnicas de pesquisa. Por meio da discussão de cinco casos clássicos às ciências humanas e sociais, o artigo percorre alguns dos principais pontos de tensão ética na pesquisa social. Sustenta-se a possibilidade de esse tipo de pesquisa ser acolhido pelo atual sistema de revisão ética, desde que haja uma sensibilização dos comitês para as particularidades metodológicas impostas pelas técnicas qualitativas. Por fim, a necessidade de diretrizes éticas específicas para a pesquisa social também é considerada.

Palavras-chave

pesquisa social; técnicas qualitativas; ética em pesquisa; comitê de ética em pesquisa; etnografia

Grandes fronteiras da pesquisa social

O campo das ciências sociais e humanas é vasto e diversificado. Suas fronteiras disciplinares se definem tanto pelas técnicas de pesquisa utilizadas quanto pelo conhecimento produzido (Denzin & Lincoln 2008a). Uma pesquisa sobre representações sociais conduzida por uma equipe da enfermagem pode ser entendida como um estudo tanto de sociologia ou de psicologia social quanto de saúde pública, a depender de como os autores desejam se inserir no debate acadêmico ou de como constroem a argumentação. Um estudo pode ser classificado em um campo disciplinar com base na comunidade acadêmica

de origem dos pesquisadores, nas técnicas de pesquisa adotadas para seu desenho ou nas ambições argumentativas dos autores. O resultado é que uma pesquisa com técnicas qualitativas de levantamento de dados pode produzir um artigo acadêmico, uma peça literária, uma videoarte ou um relato jornalístico.

Para fins deste artigo, pesquisa social representará essa diversidade disciplinar reunida por um conjunto de técnicas qualitativas de levantamento e análise de dados (Hoeyer et al. 2005).¹ Independente do campo disciplinar de origem dos investigadores ou da inserção acadêmica do projeto de pesquisa, a pesquisa social será

aqui definida como aquela que utiliza técnicas qualitativas de levantamento de dados, tais como observação participante, observação ordinária, entrevistas abertas ou fechadas, etnografia, auto-etnografia e grupo focal; ou como aquela que adota procedimentos analíticos qualitativos, tais como teoria fundamentada, perspectivas feministas, hermenêutica de profundidade e análise de conteúdo.

A pesquisa social traz uma série de desafios ao sistema de revisão ética vigente no Brasil (Guerriero 2006; Diniz 2008; Guerriero & Dallari 2008; Minayo 2008). Com a consolidação internacional dos sistemas de revisão ética, nos anos 1980, teve início uma acalorada discussão entre os campos biomédicos e sociais sobre a transposição das regras de revisão adotadas pelos comitês de ética para as humanidades e, mais especificamente, para as pesquisas que utilizam técnicas qualitativas de levantamento de dados (Plattner 2003; Bosk 2004; Bosk & Uries 2004; Haggerty 2004; Hamilton 2005; Hoeyer et al. 2005; Feeley 2007).

A antropologia em particular foi um campo que precocemente reagiu ao modelo biomédico de revisão ética, considerado inadequado para avaliar as especificidades do método etnográfico - a principal técnica de pesquisa adotada por antropólogos em trabalho de campo (Chambers 1980; Thorne 1980; Wax 1980). Houve uma intensa resistência à matriz dedutivista dos sistemas de regulação ética, cuja inspiração está expressa nas seções de um projeto de pesquisa a ser avaliado pelos comitês, em particular hipótese e termo de consentimento livre e esclarecido por escrito antes da fase de coleta de dados (Marshall 2003; Haggerty 2004; Morse 2008).

O modelo de revisão ética por comitês sediados em instituições não surgiu como resultado de uma ampla discussão entre os campos disciplinares nas universidades ou centros de pesquisa. Ao contrário, foi um movimento político que impôs aos pesquisadores de todas as áreas do conhecimento novas regras de como se devia fazer pesquisa com ética. O processo político internacional originou-se, por sua vez, de debates acadêmicos e discussões políticas nas associações profissionais das áreas biomédicas, em particular da pesquisa médica. A Declaração de Helsinque, documento de autoria da Associação Médica Mundial e, hoje, referência regulatória para o campo da ética em pesquisa em todas as áreas do conhecimento, é um desses exemplos (World Medical Association, 2000). Foram situações reiteradas de má-prática científica desde a Segunda Guerra Mundial que levaram países e associações profissionais a deliberar sobre o tema (Guerriero 2006; Emanuel et al. 2008; Guilhem & Diniz 2008). Nesse processo de quase meio século entre o surgimento das primeiras declarações e o debate entre os campos biomédicos e sociais sobre as atuais regulamentações, as particularidades metodológicas e éticas da pesquisa social foram pouco consideradas, e os campos disciplinares que majoritariamente utilizam as técnicas qualitativas raramente participaram das deliberações normativas.

As técnicas qualitativas desafiam as regras de revisão dos comitês de ética em pesquisa basicamente por

duas razões. A primeira é o estatuto epistemológico da produção do conhecimento: subjetividade e reciprocidade são valores a serem considerados em um desenho de pesquisa com técnicas qualitativas de levantamento de dados (Ribbens & Edwards 2000). O encontro de pesquisa envolve investigadores e participantes em relações sociais, um jogo simbólico muito diferente do que se estabelece em rotinas de estudos biomédicos. A segunda razão é sobre como se produz o conhecimento na pesquisa social: ao contrário das técnicas quantitativas, é da interação entre a teoria e a empiria, isto é, do encontro entre o pesquisador e o mundo social, que se gera o conhecimento (Denzin & Lincoln 2008b). Grande parte das pesquisas sociais não possui hipóteses; ou seja, esses não são estudos que antecipam achados de pesquisa, mas que se aproximam da realidade em busca de novas idéias (Diniz 2008).

Este artigo analisa alguns dos desafios impostos pela pesquisa social com técnicas qualitativas ao processo de revisão ética vigente no Brasil. O fato de o modelo de regulação ter se inspirado nas particularidades metodológicas e epistemológicas dos saberes biomédicos traz uma série de questionamentos sobre a pertinência das regras de avaliação para as técnicas qualitativas. O pressuposto deste artigo é o da possibilidade de o atual modelo de revisão ética incorporar as técnicas qualitativas, não sendo necessária a criação de um sistema alternativo. A proposta é ampliar o debate por meio de uma sensibilização para as peculiaridades das técnicas qualitativas e de diretrizes específicas para a revisão ética da pesquisa social. No entanto, a fim de que esse espírito inclusivo se traduza em práticas justas e sensíveis à diversidade disciplinar do conhecimento, é preciso que os comitês estabeleçam novas práticas de revisão ética. Se, por um lado, os princípios éticos são universais no cenário da pesquisa, por outro, sua tradução em regras de procedimento para o trabalho dos comitês deve ser diversa. Gira em torno desse exercício de tradução de princípios universais em regras éticas sensíveis à diversidade disciplinar o tema deste artigo.

Um pouco da história entre ética e pesquisa social

O debate brasileiro sobre as fronteiras entre ética em pesquisa e técnicas qualitativas é recente. As primeiras publicações datam dos anos 2000 e são marcadamente de resistência à incorporação da pesquisa social ao sistema de revisão ética instituído pela Resolução CNS 196/1996 (Brasil 1996, 2007; Victoria et al. 2004; Guerriero & Dallari 2008; Minayo 2008). Internacionalmente, em particular nos Estados Unidos, a discussão teve início nos anos 1980, quando autores de referência para o debate biomédico se aproximaram das questões éticas lançadas pela pesquisa social. Os principais temas em questão dessa primeira fase da ética na pesquisa social foram o modelo de termo de consentimento livre e esclarecido como um contrato, os desafios da técnica de dissimulação para a coleta de dados, especialmente utilizada pela psicologia social, e

as noções de riscos e benefícios das pesquisas sociais quando comparadas às pesquisas biomédicas (Beauchamp et al. 1982; Sieber 1984).

A obra *Ethical issues in social science research* pode ser considerada um marco inicial para o debate sobre a avaliação ética da pesquisa social (Beauchamp et al. 1982). Composto por dezenove capítulos, o livro, cujo sumário antecipa as principais questões de trinta anos de futuro debate, resultou de um trabalho coletivo, em que a vasta maioria dos autores era de cientistas sociais, juristas ou filósofos. Todos assumiram para si o compromisso não apenas de reconhecer a importância da ética na prática científica, mas também de desafiar o modelo biomédico vigente após o Relatório Belmont, a teoria principialista e o surgimento do modelo de revisão ética por comitês institucionais. Apesar da diversidade de argumentos e de posições entre os autores, a tendência da obra foi a de assinalar que a pesquisa social deveria ser submetida aos sistemas de revisão ética: reafirmou-se a diversidade disciplinar e metodológica entre os campos, mas também se registrou a centralidade da revisão ética para a promoção da pesquisa científica.

Mas essa tentativa de inclusão da pesquisa social no sistema de revisão ética não se deu sem dúvidas sobre quais regras seriam justas para a avaliação. Foi quase que simultaneamente que os Institutos Nacionais de Saúde (NIH) dos Estados Unidos, principais órgãos apoiadores da consolidação do sistema de revisão ética naquele país, promoveram um grande debate sobre o tema da ética na pesquisa social e comportamental. Diferentemente de *Ethical issues in social science research*, cujos autores eram das humanidades e que tinha como uma das pautas centrais de discussões a operacionalização do método etnográfico diante das novas regras de revisão ética, *NIH readings on the protection of human subjects in behavioral and social science research* assumiu outro tom (Beauchamp et al. 1982; Sieber 1984). A agenda eram as pesquisas comportamentais da psicologia, em especial os estudos com técnicas de dissimulação para a coleta de dados. Enquanto a primeira obra buscava provocar os limites do modelo de revisão ética à luz das particularidades da pesquisa social, a segunda era um quase-guia para o trabalho de revisão nos comitês, muito embora pouco sensível à profundidade do debate epistemológico e político entre os campos biomédicos e sociais.

Essas duas obras são exemplares para indicar a polarização do campo da ética em pesquisa nos últimos trinta anos. De um lado, estão autores e pesquisadores que desconfiam do modelo de revisão ética inspirado na pesquisa biomédica como válido para todos os campos disciplinares. De outro lado, estão aqueles que ignoram as particularidades da pesquisa social e sustentam que as regras adotadas pelos comitês de ética traduzem os princípios que devem conduzir a pesquisa científica em qualquer área do conhecimento. Essa tensão entre as teses é tanto estimulante para a reflexão, pois questiona postulados considerados universais, quanto desafiante para a consolidação do campo da ética em pesquisa social, uma vez que dificulta ações de revisão do atual sistema,

pois não há consenso de que a pesquisa social deva se submeter aos comitês para revisão.

De uma maneira geral, o tema da ética na pesquisa social não ocupou a agenda de debates dos investigadores sociais. Mesmo em eventos internacionais sobre ética em pesquisa e bioética, os desafios da pesquisa social tangenciam as discussões. No Brasil, essa é ainda uma questão de pesquisadores sociais liminares entre as humanidades e os saberes biomédicos, em particular daqueles que têm como objeto de estudo o mundo da saúde e da doença. Foi, na verdade, a imposição do sistema de revisão por meio das agências de fomento à pesquisa, das instituições de saúde onde os dados seriam coletados ou dos periódicos na interface entre a biomedicina e as humanidades o que levou os primeiros pesquisadores sociais a seriamente enfrentarem o tema da ética em pesquisa.

Campos discursivos

A ética em pesquisa organiza-se em torno de três campos discursivos. O primeiro é o das normas e regulamentações nacionais e internacionais. No Brasil, os comitês de ética revisam os projetos de pesquisa de acordo com a Resolução CNS 196/1996 e outras resoluções complementares do Conselho Nacional de Saúde, que, por sua vez, dialogam com documentos internacionais, tais como o Código de Nurembergue, a Declaração de Helsinque ou as Diretrizes CIOMS/OMS (Emanuel et al. 2003). Há um esforço argumentativo em torno das revisões e adequações desses documentos para regular a pesquisa em cada país e os estudos multicêntricos internacionais.

O segundo campo é o da construção argumentativa sobre quais princípios éticos devem fundamentar as regras e os procedimentos de revisão pelos comitês. Há um extenso debate, na fronteira da filosofia moral e da ética aplicada, sobre confidencialidade, privacidade, sigilo, vulnerabilidade, proteção e responsabilidade, em uma ampla agenda teórica na bioética. Esse é o campo que mais aproxima a ética em pesquisa dos fóruns nacionais e internacionais de bioética. O terceiro campo é o dos estudos de caso e relatos de pesquisas e experimentos. A construção genealógica da ética em pesquisa é traçada por meio de casos paradigmáticos que desafiaram a tranquilidade da pesquisa biomédica: os experimentos nazistas, os artigos resenhados por Henry Beecher e as denúncias do Estudo Tuskegee são alguns dos mais conhecidos (Emanuel et al. 2003; Guilhem & Diniz 2008).

Um processo de reconstrução genealógica do campo da ética na pesquisa social vem sendo desenhado de maneira semelhante, com alguns casos já fazendo parte da literatura de análise. Poucos estudos sociais foram objeto de controvérsia ética durante a fase de coleta de dados, pois na maioria dos casos o dilema surgiu após a divulgação dos resultados (Bosk 2001; Bosk & Uries 2004). Esse fenômeno aponta para uma das particularidades éticas na pesquisa social: diferentemente da pesquisa biomédica, seus principais desafios não estão na proteção dos direitos e interesses dos participantes durante a fase de coleta de dados. Como regra geral, grande parcela das pesquisas

sociais envolvem “risco mínimo” aos participantes, ou seja, risco semelhante ao de qualquer relação social fora do contexto de pesquisa (Bankert et al. 2006). É na fase de divulgação dos resultados que estão os maiores desafios éticos, tais como garantia de anonimato e sigilo, idéias sobre representação justa, compartilhamento dos benefícios da pesquisa, devolução dos resultados etc.

É exatamente por essa particularidade das pesquisas sociais – a existência de risco mínimo na coleta de dados, seguida, porém, de questionamentos éticos sobre a divulgação dos resultados – que cinco estudos ascenderam ao patamar de casos clássicos da ética nos estudos sociais: a pesquisa de William Foot Whyte (1993, 2005) sobre a vida social em um subúrbio nos Estados Unidos; a pesquisa sobre parentesco e genética entre os Yanomami, de Napoleon Chagnon (1968) e Borofsky (2005); a pesquisa sobre práticas homossexuais no espaço público, de Laud Humphreys (2008a); a pesquisa sobre aconselhamento genético e equipe de saúde, de Charles Bosk (1992, 2001); e a pesquisa sobre movimentos sociais de direitos dos animais, de Rik Scarce (1994, 1995). Alguns desses estudos foram conduzidos muitos anos antes de o debate ético ter se travado, levando a uma discussão retroativa sobre práticas e condutas durante o trabalho de campo, como foi o caso de Whyte e Chagnon; em outros, a controvérsia ética deu-se em uma fase pouco usual, isto é, antes da divulgação oficial dos resultados, com o acesso dos participantes aos relatórios de pesquisa, como ocorreu com Bosk; e, no caso de Scarce, a polêmica surgiu por meio de ações judiciais.

Esses estudos foram casos isolados no universo das pesquisas sociais. Grande parte das técnicas qualitativas de levantamento de dados consiste em observações e entrevistas. Em ambas, o risco de dano aos participantes é mínimo, o que não presume que risco mínimo é o mesmo que inexistência de questionamentos éticos. No entanto, o caráter singular desses cinco casos é o que facilita a identificação de alguns dos principais desafios éticos na pesquisa social. Foram situações-limites as lançadas por esses estudos: uma combinação entre motivações dos pesquisadores, objetivo de pesquisa e construção da narrativa. A excepcionalidade dos casos permite o raciocínio sobre os desafios éticos da pesquisa social.

Os casos da pesquisa social

Sociedade da esquina

O estudo de Whyte foi conduzido em um subúrbio pobre de Boston em final dos anos 1930. Esse era um momento de descoberta da etnografia como método de pesquisa social qualitativa em grupos urbanos. Era ainda uma fase de grande avanço da etnografia antropológica em comunidades indígenas ou aborígenes, sendo um marco desse período o relato de campo de Bronislaw Malinowski (1976). O livro *Sociedade da esquina* foi publicado pela primeira vez em 1943 e é ainda hoje uma peça exemplar de etnografia densa em sociedades urbanas (Whyte 2005). Whyte vivera no subúrbio entre 1936 e 1940, e a obra é um relato da vida de jovens rapazes que se organizavam

em grupos conhecidos como gangues de rua. O informante-chave de Whyte foi Doc, um pseudônimo para um ítalo-americano que não apenas o apresentou à vida comunitária dos imigrantes, mas também o disciplinou sobre regras básicas de sobrevivência e relação social.

Doc teve um papel central na etnografia de Whyte. Foi ele quem traduziu para os membros da comunidade as razões de um pesquisador universitário pertencente a outra classe social viver entre eles e fazer perguntas sobre seus comportamentos e crenças. Em muitos estudos etnográficos de longa permanência no campo, não há aceitação institucional inicial, mas contatos prévios com informantes-chaves, os quais garantirão a entrada fraterna na sociedade ou no grupo a ser estudado. Em uma analogia com as pesquisas biomédicas, Doc representou o papel do diretor de um hospital que consente com a entrada dos investigadores na instituição. Mas, contrariamente a essa analogia, não há como apresentar um termo formal a Doc, assim como se exige de diretores de hospitais, chefes de presídios ou diretoras de escolas. Doc não representava os interesses da comunidade, era apenas um informante-chave de Whyte. Mas foi alguém que, ao mesmo tempo, assegurou a entrada do etnógrafo no campo e o protegeu das suspeitas da comunidade. Whyte estudava uma prática ilegal, a formação de grupos em gangues.

Em edições posteriores da obra, Whyte introduziu anexos em que discutiu alguns dos desafios metodológicos e éticos enfrentados durante o trabalho de campo. Talvez o caráter mais original de sua obra esteja exatamente nessas novas peças, um espaço onde ele expôs alguns dos impasses com que se deparou pelas contingências da pesquisa qualitativa com longa permanência no campo. O tema de um número especial da revista *Journal of Contemporary Ethnography* em 1992 foi o Anexo A da obra. Nele, Whyte revelou algumas de suas infrações de conduta no campo e contou como foi seu retorno ao subúrbio quase 30 anos depois (Adler & Johnson 1992). O relato é coloquial e assume um tom quase literário pela leveza das histórias vividas pelo jovem etnógrafo. A voz, porém, é a de um sociólogo maduro falando sobre o seu passado como pesquisador: ele conta como se viu compelido a burlar as eleições comunitárias votando mais de uma vez no candidato do seu grupo; como aprendeu a ouvir mais do que fazer perguntas; e os erros que cometeu na definição de seu tema de pesquisa (Whyte 1993).

Do ponto de vista ético, entretanto, alguns comentaristas da obra provocaram o autor em duas frentes. A primeira foi o fato de ter burlado as eleições, pois “virolei uma regra fundamental da observação participante: busquei influenciar os eventos” (Whyte 2005: 231). Whyte justificou essa infração de conduta como um ato não planejado de sua parte, um ímpeto ingênuo provocado pelas relações fraternas que havia estabelecido com seus informantes. Votar inúmeras vezes em um mesmo candidato era uma prática compartilhada entre os rapazes da esquina, o que o fez imaginar ser esse também o seu dever como um observador participante do grupo. A enunciação pública desse incidente abriu espaço para

uma discussão importante entre os etnógrafos sobre até onde se inserir na vida social durante um trabalho de campo com técnica de observação participante. Como estabelecer limites sem romper com as relações de confiança e solidariedade entre etnógrafo e informantes? Por outro lado, como se manter no lugar de pesquisador para não criar falsas impressões de que se é mais um na comunidade?

O objetivo de Whyte com essa confissão pública foi antes o de abrir o debate sobre os tênues limites afetivos e éticos que se estabelecem entre pesquisadores e informantes em um trabalho de campo do que propriamente apresentar teses definitivas sobre como um etnógrafo deve construir sua relação com os informantes. Não há respostas absolutas para esse dilema, mas a enunciação do desafio foi um grande passo para o debate. Uma possível regra de conduta sugerida por Whyte seria a de que “tive que aprender que, para ser aceito pelas pessoas num distrito, você não precisa fazer tudo exatamente como elas fazem”, uma crítica já extensamente enunciada pela antropologia sobre a falsa pretensão de “tornar-se um nativo” (Whyte 2005: 314-315). A riqueza da técnica da observação participante em um trabalho de campo é exatamente a negociação permanente dessa ambigüidade relativa ao lugar ocupado pelo pesquisador: é como alguém externo à comunidade, mas que nela vive, querendo entendê-la, que se coletam os dados.

O segundo tema de controvérsia ética foi o fato de Whyte ter rompido o anonimato de Doc na edição de 1981 da obra e de não ter dividido os benefícios do livro com ele. Em razão de Doc já haver falecido, Whyte se sentiu tranqüilo para explicitar detalhes etnográficos, tais como o nome verdadeiro de seu personagem central. Não há evidências de quais danos essa quebra de anonimato teria causado a Doc ou seus familiares, muito embora o livro seja um relato de como gangues de rapazes atuavam, ou seja, em certa medida, práticas ilegais estavam envolvidas. A tal ponto o tema do anonimato está ligado a expectativas sobre representações do grupo que um dos informantes de Whyte, em conversa com ele após ter lido o livro, o questionou: “Tudo o que você descreveu sobre o que nós fizemos é totalmente verdadeiro, mas devia ter destacado que éramos apenas jovens naquela época. Aquilo era uma fase que estávamos atravessando. Mudei um bocado desde aquele tempo” (Whyte 2005: 343).

Whyte conta que, durante quase trinta anos, a obra somente lhe deu prejuízos financeiros. Não apenas porque ele teve que pagar para publicá-la, mas também pelo caráter irrisório das vendas. Se o livro lhe rendeu algum benefício financeiro, foi tardiamente e após largos investimentos de tempo e recursos. No entanto, um dos comentaristas de Whyte lançou a questão se Doc, por ter sido o informante-chave e quase-tradutor da vida social, não mereceria o status de co-pesquisador para a divisão dos benefícios da obra (Adler & Johnson 1992). Essa é, na verdade, uma pergunta que levanta dúvidas sobre qual deve ser o status de um informante-chave em uma etnografia – o de participante, o de co-pesquisador ou de co-autor? Há quase que um consenso em reconhe-

cê-lo como um participante, mas, a depender de como se entenda essa relação de reciprocidade estabelecida durante o trabalho de campo, é possível imputar desvios éticos do etnógrafo-autor após sua saída do campo. O desafio da pesquisa etnográfica está exatamente nessa ambigüidade entre os laços afetivos que genuinamente se formam durante o trabalho de campo e a autoridade narrativa do autor, um novo personagem que surge após a saída do pesquisador do campo.

Yanomami: um povo feroz?

O caso da pesquisa sobre o sangue yanomami ficou internacionalmente conhecido após a publicação de uma obra do jornalista Patrick Tierney (2002), *Treyas no Eldorado: como cientistas e jornalistas devastaram a Amazônia e violentaram a cultura ianomami*.³ A história data dos anos 1960, quando um grupo de pesquisadores estadunidenses iniciou um extenso estudo genético, epidemiológico e antropológico com diferentes comunidades yanomamis no Brasil e na Venezuela. Nessa ocasião, pelo menos 12.000 amostras de sangue yanomami foram coletadas e, até hoje, parte delas ainda se encontra estocada em diferentes universidades nos Estados Unidos. Outras amostras foram recentemente devolvidas às lideranças yanomamis para destruição (Albert & Oliveira 2006).

O livro de Tierney apresentou sérias acusações contra dois conhecidos cientistas: James Neel, geneticista, e Napoleon Chagnon, antropólogo, cujas obras e filmes etnográficos formaram uma geração de antropólogos. Neel e Chagnon compunham uma equipe de sociobiologistas cujo principal objetivo de pesquisa era investigar as bases genéticas da violência e sua relação com as práticas reprodutivas. Os yanomami eram a população ideal para esse tipo de pesquisa, dada a sua descrição como um povo violento e selvagem e a sua situação de profundo isolamento, o que garantia uma homogeneidade genética do grupo. A construção social dos yanomami como um povo primitivo era um atrativo adicional para testar as fronteiras entre biologia e cultura nas sociedades humanas: a busca do gene da violência e suas relações com o comportamento reprodutivo poderia ser uma hipótese pela primeira vez testada em um grupo populacional específico.

Chagnon é o autor de um dos livros mais conhecidos e populares sobre os yanomami, *Yanomamö: the fierce people* (1968). O argumento do livro, que vendeu mais de três milhões de exemplares, uma cifra considerável para obras de antropologia, é de que a violência ocupa um papel central nas sociedades yanomamis (Borofsky 2005). Em parceria com Neel, Chagnon defendeu a tese de que a violência teria um fundamento genético: os yanomami seriam geneticamente propensos à violência (Chagnon 1988; Neel 1994). Essa caracterização do povo yanomami como violento tinha um duplo apelo: por um lado, era uma referência à idéia ainda vigente na época de que as sociedades indígenas eram grupos primitivos que representariam parte de um processo evolutivo da humanidade; por outro, era uma manifestação da crença de que os yanomami eram selvagens por causa

da violência estrutural. A selvageria seria, portanto, o resultado de uma propensão genética ao uso da força física, e também uma expressão do processo evolutivo das sociedades indígenas.

Um traço cultural dos povos yanomamis é que o nome pessoal não é revelado em público (Albert 2005). Referir-se a alguém enunciando seu nome é um grave insulto. Em geral, a resposta de um yanomami à pergunta “qual o seu nome?” é uma mentira. A descortesia não está em mentir, mas sim na insistência de um não-yanomami em saber uma informação que socialmente é considerada secreta. Um insulto ainda mais grave é perguntar o nome de uma pessoa já morta. Os nomes próprios são espécies de codinomes, altamente pejorativos, que descrevem marcas, lesões ou mesmo estigmas corporais. É possível, por exemplo, que o nome de uma criança yanomami com lábio leporino faça referência a essa marca corporal. Mas o nome não é apenas uma descrição de sua condição física: é também uma enunciação depreciativa do indivíduo. Por isso, os nomes são secretos e sua explicitação é considerada um insulto (Albert 2005).

Nesse contexto social e cultural de nomes próprios como insultos, é fácil imaginar os desafios de uma pesquisa genética em que a reconstituição das genealogias familiares pressupunha a identificação de cada pessoa em um dado ordenamento familiar. Era preciso coletar informações não apenas dos indivíduos, mas de colaterais, de ascendentes, de descendentes e da família extensa. Uma vez que, tradicionalmente, a pesquisa genética realiza esse levantamento por meio dos nomes próprios, o fato de os nomes serem um tabu cultural exigia de Neel e Chagnon ou a interrupção da pesquisa ou estratégias culturalmente sensíveis para a coleta das informações sobre parentesco e filiação dos yanomami. A escolha de Chagnon, contudo, foi por ignorar os valores yanomamis e manter os parâmetros tradicionais da pesquisa genética entre grupos urbanos: as genealogias foram montadas recuperando-se os nomes individuais e sua rede de parentesco, inclusive dos yanomamis já mortos.

Chagnon era o pesquisador responsável pelo levantamento dessas informações. “[...] Uma de minhas tarefas é fornecer aos meus colegas genealogias mínimas para uso nos estudos familiares sobre genes hereditários [...]”, escreveu Chagnon em um de seus livros (1968: 8). Mas, em vez de utilizar sua sensibilidade etnográfica para identificar possíveis estratégias de levantamento dos dados sem provocar ofensas aos valores locais, Chagnon optou por duas técnicas de pesquisa: 1. oferecer presentes às crianças para que elas revelassem os seus nomes e os nomes de seus familiares; e 2. oferecer presentes aos inimigos dos yanomamis para que eles informassem os nomes dos yanomamis (Chagnon 1968; Tierney 2002). O teste de veracidade da informação era feito enunciando o nome da pessoa e avaliando a intensidade da indignação provocada. Nas palavras de Chagnon, “[...] eu fiz uso das brigas e animosidades locais para selecionar meus informantes [...]” (1968: 12). Com essa dupla estratégia, o antropólogo recuperou grande parte das genealogias yanomamis.

Os dados apresentados diziam respeito a informações secretas e tabus culturais, como é o caso dos nomes próprios. Chagnon não apenas reuniu esses dados por meio de estratégias consideradas controversas, mas principalmente os tornou internacionalmente públicos por meio de livros e filmes. É preciso lembrar que um dos métodos de Chagnon era recrutar crianças em troca de presentes, situação que permite inclusive questionar a validade dos dados coletados, uma vez que as crianças, querendo presentes, poderiam mentir para obtê-los. Com os nomes próprios levantados e as genealogias recuperadas, a equipe de Neel iniciou a coleta das amostras de sangue para fins de pesquisa, mas, ao que tudo indica, sob o argumento de que a coleta era parte de um procedimento preventivo de saúde pública.

Por fim, uma das perguntas mais atuais sobre o caso do sangue yanomami diz respeito ao tema dos benefícios compartilhados pós-pesquisa. Regra geral, as pesquisas em ciências sociais não são lucrativas como as pesquisas biomédicas financiadas por laboratórios ou que envolvem patentes de medicamentos, por exemplo. No entanto, em situações excepcionais, é possível ganhar dinheiro, benefícios e prestígio por meio das pesquisas. Chagnon é um exemplo de pesquisador social que ganhou muito dinheiro, pois seus livros e filmes foram extensamente lidos e assistidos em vários países do mundo – estima-se que ele já recebeu mais de 1 milhão de dólares em direitos autorais de suas obras (Borofsky 2005). Há um dever moral de dividir esses ganhos financeiros e simbólicos com os grupos pesquisados? Se sim, como proceder? As obrigações pós-pesquisa devem também estar na pauta das discussões nas ciências humanas ou esse deve ser um tema restrito às ciências biomédicas?

Práticas homossexuais no espaço público

“Minha pesquisa em banheiros públicos sobre práticas homossexuais exigia a dissimulação. Isso constitui uma violação da ética profissional?” (Humphreys 2008a: 167). Humphreys tinha consciência do desafio ético de suas estratégias metodológicas durante o trabalho de campo: dissimulação e disfarce. Sua pesquisa foi conduzida em banheiros públicos nos Estados Unidos com homens anônimos que se encontravam para práticas fortuitas de sexo com outros homens. Humphreys ganhou a confiança dos frequentadores dos banheiros assumindo o lugar de *voyeur* no jogo erótico, cujo papel na observação também era, porém, o de anunciar a chegada de estranhos ou da polícia. Durante meses, registrou em seu diário de campo histórias, práticas, hábitos e rotinas dos homens nos banheiros públicos em prática de felação. A segunda parte do trabalho de campo consistia em entrevistar 134 homens em suas casas. Para tanto, registrou suas placas de carro e, com a ajuda de um policial, teve acesso aos seus endereços. Com uma amostra de 100 homens nas mãos dos quais conseguiu o registro do domicílio, cadastrou-se como voluntário no serviço de saúde pública da região e participou de um grande *survey* sobre saúde masculina. Com a autorização do coordenador da pesquisa, incluiu suas perguntas e pessoalmente entrevistou

50 homens dos banheiros públicos e 50 homens como grupo-controle.

Humphreys era um jovem sociólogo cujo trabalho de doutoramento resultou na publicação de *Tearoom trade: impersonal sex in public spaces* em 1970 (Humphreys 2008a).⁴ Sua dupla formação – padre e sociólogo – e sua contínua afirmação de que não participava das cenas homoeróticas abriram espaço para uma enxurrada de discussões éticas sobre suas técnicas de pesquisa. A primeira fase do trabalho de campo exigiu dissimulação. Humphreys assumiu o lugar de um dos personagens dos encontros secretos dos banheiros: o de *voyeur*. Como *voyeur*, considerou-se um observador participante das cenas sexuais. Na segunda fase do trabalho de campo, para proteger-se de ser reconhecido pelos homens anônimos, o pesquisador fez uso de disfarces: “Modifiquei meu corte de cabelo, minha barba e troquei de carro. Mesmo sob o risco de perder alguns informantes, esperei um ano entre a observação nos banheiros e as entrevistas” (2008a: 179). Se a primeira parte da pesquisa ocorreu em banheiros públicos, a segunda foi na casa dos homens. A defesa de Humphreys para o uso dessas técnicas de pesquisa foi a alegação de que somente com dissimulação teria acesso ao mundo secreto das práticas homossexuais em espaços públicos, e de que somente com o disfarce teria acesso à vida doméstica dos homens para as entrevistas. Juntas, essas duas técnicas ofereceriam dados suficientes para suas análises, cujas motivações políticas eram romper com a homofobia.

Há quem considere que as motivações de pesquisa de Humphreys justificavam o uso das técnicas de dissimulação e disfarce. Outros defendem suas técnicas pelo fato de que a identificação dos homens se deu em um espaço público; não teria havido, portanto, uma violação de privacidade. No entanto, grande parte do debate em torno da obra deu-se em relação a como as técnicas de dissimulação e disfarce na pesquisa social restringem liberdades e podem violar a privacidade e a intimidade dos participantes (Glazer 2008; Hoffman 2008; Horowitz & Rainwater 2008; Humphreys 2008b; Warick 2008). No campo da psicologia social, as técnicas de dissimulação ainda são estratégias recorrentes para simular situações sociais cotidianas ou privadas, com o intuito de compilar dados que não teriam como ser coletados a partir de observações ordinárias. Nos anos 1990, James Korn estimou que 50% das pesquisas nesse campo utilizavam técnicas de dissimulação (Korn 1997: 2). Em outras áreas da pesquisa social, no entanto, essas técnicas provocam extensas controvérsias éticas há décadas (Roth 1962; Erikson 1967; Haggerty 2004).

Grande parte dos comentaristas de Humphreys organizou as controvérsias éticas de acordo com as fases da pesquisa. Se, na primeira etapa do trabalho de campo, o fato de o objeto em observação serem encontros anônimos em espaço público protegeu Humphreys de acusações de violação de intimidade, a mesma explicação não foi suficiente para justificar a segunda fase. Humphreys entrou na casa dos homens, conheceu suas intimidades, fez perguntas sobre suas vidas conjugais, familiares e afetivas. A tal ponto alguns comentaristas consideram

ter havido violação da intimidade que, imediatamente após a divulgação da pesquisa pela mídia e a abertura do processo disciplinar contra Humphreys, vários homens procuraram a universidade sentindo-se ameaçados por uma possível divulgação de seus nomes e histórias (Glazer 2008). Humphreys defendeu-se descrevendo minuciosamente como planejou cada etapa da pesquisa, como queimou os originais do diário de campo, como retirou registros de identificação das entrevistas, enfim, explicando como teria planejado cada fase do trabalho de campo de forma a resguardar o anonimato e o sigilo de seus informantes (Humphreys 2008b). Nenhum homem foi identificado, mesmo após a intensa contestação pública que o livro provocou.

Uma das perguntas centrais instigadas pela obra foi sobre até onde a curiosidade científica pode avançar em temas da vida privada das pessoas. Humphreys fazia parte de uma geração de sociólogos que acreditava na importância de se investigar todas as esferas da vida social, em particular o que se conhecia como “comportamentos desviantes”, nos anos 1960. O mundo gay era um desses aspectos desconhecidos e secretos da sociedade. Nesse contexto, Humphreys foi um herói, tendo recebido o Prêmio C. Wright Mills de Sociologia pelo rigor acadêmico, pela forma como protegeu seus informantes e pela ousadia da obra. Contudo, outros sociólogos crêem que certas esferas da vida humana somente podem ser compartilhadas pelo escrutínio científico se houver o explícito consentimento dos participantes. Isso não significa que devem existir segredos para a curiosidade científica, mas sim que os segredos apenas podem ser desvelados com a cumplicidade de seus detentores.

Aconselhamento genético e equipes de saúde

Charles Bosk (1992) seguiu a tradição de tons confessionais iniciada por Whyte no apêndice de *All God's mistakes: genetic counseling in a pediatric hospital*, uma etnografia sobre o trabalho médico de aconselhamento genético em uma unidade pediátrica de terapia intensiva nos Estados Unidos. A obra foi escrita dez anos depois da pesquisa, por isso é uma combinação de memórias com relatos de campo. A década de 1980 marcou o ressurgimento da genética clínica como uma especialidade médica pautada no princípio do respeito à autonomia, um divisor de águas para o passado eugênico do nazismo. Mas, diferentemente de grande parte da tradição etnográfica na antropologia médica, Bosk optou por ter a equipe médica como participante da pesquisa. Incluir os médicos como informantes do estudo significou deslocá-los de detentores do saber para o espaço social de que, tradicionalmente, haviam se distanciado: o de participantes de uma pesquisa. Esse deslocamento trouxe uma série de desafios éticos à fase de divulgação dos resultados, algo recorrente na pesquisa com grupos urbanos de elite que têm acesso aos relatos etnográficos (Bosk 2001; Hoffmaster 2001).

A entrada no hospital se deu de uma maneira inusitada – um convite da equipe médica para que o pesquisa-

dor acompanhasse e entendesse o trabalho dos médicos no aconselhamento genético. Em outras palavras, Bosk foi convidado para ser um etnógrafo do aconselhamento genético. Algumas regras foram acordadas nesse convite: seria garantida a confidencialidade dos participantes, não haveria identificação do hospital, e o foco das atenções seriam os profissionais e não os pacientes. O hospital foi descrito como um centro de referência para o aconselhamento genético e chamado de Nightingale, o que comprova a preocupação de Bosk em estabelecer um conjunto de descritores que se aproximassem do real etnográfico, mas que preservassem o anonimato dos informantes e da instituição.

Se, para outros etnógrafos, a distância social e cultural entre pesquisador e grupo social é permanentemente anunciada por marcadores raciais, lingüísticos ou de gênero, no caso de Bosk, “eu era apenas outro homem branco, um médico engravatado fazendo perguntas e tomando notas” (1992: 173). A proximidade simbólica entre etnógrafo e participantes, associada à entrada no campo por um convite da equipe médica, fortaleceu expectativas de cumplicidade na narrativa etnográfica: a etnografia não deveria causar surpresas para o ponto de vista da equipe sobre si mesma, mas seria um fortalecimento de seu senso de identidade e de pertencimento ao caráter quase-sagrado do ofício.

Não foi isso o que aconteceu. Inspirado na idéia de que uma boa etnografia é aquela que descortina o não-dito pela ordem social vivida, tornando “manifesto o latente” (2001: 209), Bosk foi fiel ao seu compromisso etnográfico: a equipe médica era o seu grupo de pesquisa, por isso suas rotinas, jargões, ironias e disputas foram descritas. Uma versão impressa do livro foi apresentada ao diretor do hospital, o informante-chave na pesquisa, antes de sua divulgação. A reação foi imediata: “‘Serviço de limpeza, zeladores, amortecedores’... não, Bosk, você não contou isso”, disse Bill. A médica assistente ao seu lado perguntou: “Mas por que não? Você diz isso todos os dias”. Bill respondeu: “Mas isso é diferente. Eu digo isso para vocês, dentro das paredes de meu consultório. Uma coisa é dizer isso para vocês, que sabem o que eu penso. Outra coisa é colocar isso para o mundo. Como irei continuar trabalhando com essas pessoas?” (Bosk 2001: 208). Bill, pseudônimo para o diretor do hospital, passou a questionar Bosk sobre as fronteiras entre um membro da equipe e um observador externo. Onde estava o termo de consentimento livre e esclarecido para cada diálogo, cada encontro, cada passagem do diário de campo? A pertinência dessa questão, entretanto, é discutível. Nem na pesquisa biomédica o termo de consentimento é solicitado antes de cada procedimento, havendo apenas uma autorização para a inclusão no estudo.

Bosk iniciou, então, uma grande disputa com a equipe do hospital. O projeto de pesquisa havia sido aprovado por um comitê de ética de sua universidade e contava com o consentimento livre e esclarecido de toda a equipe de geneticistas. Era um consentimento inicial para a entrada no hospital, com esclarecimentos sobre os objetivos do estudo e a longa permanência do pesquisador

no serviço de terapia intensiva, mas não para cada cena social registrada no diário de campo. Durante a disputa pela não-publicação dos originais, uma das estratégias argumentativas lançadas pelo diretor do hospital foi a de tentar traduzir o consentimento para a etnografia em termos do consentimento para as pesquisas biomédicas: o consentimento teria que ter sido para um conjunto específico de procedimentos técnicos, tais como exames de sangue, testes de medicamentos ou outros procedimentos clínicos, o que significaria para a etnografia que não há consentimento geral, sendo preciso consentimento para cenas sociais pré-determinadas. Esse raciocínio analógico significaria a própria impossibilidade da pesquisa etnográfica, pois uma rotina de rupturas contínuas para anúncio do termo de consentimento modificaria a ordem social e impediria a fluidez dos fenômenos sociais.

Essa controvérsia levou Bosk e o diretor do hospital a um acordo: detalhes que permitissem identificação seriam substituídos; erros que porventura houvesse na descrição de doenças ou diagnósticos seriam corrigidos; no entanto, a interpretação seria exclusiva do pesquisador-autor e não compartilhada com a equipe de participantes (Bosk 2001). A polêmica com a pesquisa etnográfica não se deu durante a pesquisa de campo, pois as perguntas não foram incômodas; a presença diuturna do etnógrafo não causou estranhamento; e seus hábitos de anotar diálogos, rotinas ou surpresas não foram objeto de maiores questionamentos. O tema da controvérsia foi a quem cabia o direito à interpretação dos dados, que Bosk assumiu como de sua exclusividade. Foi a partir daí que a equipe passou a rever a concepção de “zona de pesquisa” em que o etnógrafo vivia. Para os participantes, aquilo era sua vida privada no trabalho; para o etnógrafo, era uma situação de pesquisa. A equipe de saúde não identificou erros na descrição etnográfica, mas se sentiu incomodada, e até mesmo humilhada, com os precisos relatos de Bosk.

Esse incidente fez com que Bosk se aproximasse da bioética e passasse a escrever sobre os desafios éticos do método biomédico para a etnografia, mas também sobre as próprias particularidades éticas da etnografia (Bosk 2004; Bosk & Uries 2004). Se as regras de revisão ética forem consideradas as mesmas para todos os campos, não há como se manter o método etnográfico como uma técnica de pesquisa válida. A pergunta de Bosk sobre “como nós poderemos esperar que nossos sujeitos intuem nossos objetivos, que vejam o mundo claramente a partir de nosso ponto de vista?” (2001: 214) é ainda inquietante, caso a ética na pesquisa social seja considerada pelo grau de satisfação dos participantes com o relato etnográfico. Isso, em geral, não irá ocorrer. Por isso, grande parte das controvérsias éticas na pesquisa social reside na fase de divulgação dos dados, em especial quando a pesquisa se desenvolve com grupos que têm acesso aos resultados do estudo, como ocorreu com Bosk (Erikson 1967; Hoeyer et al. 2005). Certamente, esse tema foi um desafio ético que acompanhou a própria gênese do método etnográfico; porém, como as primeiras pesquisas foram conduzidas com grupos sem acesso aos relatos etnográficos, essa pergunta não fez parte das primeiras gerações de etnógrafos.

Movimentos sociais de direitos dos animais

A história de Rik Scarce é singular no campo da ética em pesquisa social e da liberdade de pesquisa. Ainda como um estudante de doutoramento, em 1993, Scarce foi preso por 159 dias por não entregar suas fitas e diários de campo à polícia (Scarce 1994, 1995). Como não aceitou colaborar com investigações policiais e judiciais contra um de seus informantes, o pesquisador foi considerado suspeito de ter informações privilegiadas sobre um caso que ocorrera em sua universidade. Jornalista de formação, Scarce foi autor de um livro sobre movimentos ambientalistas que promoviam a desobediência civil e a destruição de propriedades para a liberação de animais em cativeiro. Ele já era um especialista em movimentos sociais de defesa dos direitos dos animais quando decidiu dedicar seu doutoramento em sociologia às questões teóricas relacionadas aos movimentos. Por coincidência, durante o seu trabalho de campo, um “ataque de resgate” foi realizado no campus de sua universidade, a *Washington State University*. Coiotes, ratos e arminhos foram liberados em uma investida noturna dos grupos. O caso foi amplamente noticiado pelos jornais.

Scarce foi indicado como um especialista para colaborar com as investigações policiais, não apenas por causa do livro que havia publicado como jornalista, mas também por ter entrevistado as lideranças dos movimentos políticos durante a pesquisa de doutoramento. Mesmo notificado de que deveria compulsoriamente informar à justiça e à polícia o que soubesse sobre o “ataque de resgate” à universidade e sobre os suspeitos, Scarce não violou o pacto de confidencialidade e sigilo estabelecido com seus informantes antes das entrevistas. Em todos os inquéritos judiciais, respondeu somente às perguntas cujas informações haviam sido obtidas por outros intermediários que não as entrevistas sob promessa de sigilo.

Após um longo processo, Scarce foi indiciado como “testemunha recalcitrante”, cuja pena era de até 18 meses de detenção. Viveu em uma prisão durante cinco meses por se recusar a testemunhar contra seus informantes. Na verdade, tamanha foi a resistência de Scarce nos depoimentos que sequer há informações sobre o que de fato ele poderia ou não saber sobre o caso do “ataque de resgate” à universidade (Scarce 1995). Sua posição foi de total silêncio diante das perguntas sobre as lideranças políticas do movimento ou sobre os eventos investigados. Por desconhecimento de que pesquisas sociais deveriam ser revisadas por comitês de ética, o estudo de Scarce não foi submetido ao comitê de sua universidade antes do início das entrevistas.

O caso abriu uma imensa discussão na sociologia estadunidense sobre liberdade de pesquisa, ética na pesquisa social e confidencialidade (Cecil & Wetherington 1996; Gordon 2003; Katz 2006; Dash 2007). Como jornalista, Scarce teria direito à proteção das fontes, portanto, teria garantido o sigilo sobre a origem de seus dados contra a investida policial. Mas, como estudante de sociologia, não havia proteção de confidencialidade para a pesquisa. Jornalistas e sociólogos podem usar as

mesmas técnicas de pesquisa – entrevista e observação –, no entanto, apenas jornalistas têm direito ao sigilo e à proteção de suas fontes de pesquisa. No modelo de revisão ética nos Estados Unidos, há um dispositivo conhecido como “certificado de confidencialidade”, que pesquisadores solicitam para garantir a proteção de seus participantes e não se verem forçados a apresentar os dados em investigações policiais (Katz 2006; Palys & Lowman 2000, 2002). Scarce não havia solicitado o certificado de confidencialidade e não atuava na pesquisa como jornalista, apesar de sua habilitação na profissão. Ou entregava os dados, ou seria considerado um oponente da investigação. Por isso, foi preso.

Em quase todos os países, não há garantia de sigilo para os investigadores sociais. Assim também ocorre no Brasil. Não importa a delicadeza do tema, em casos de investigações judiciais ou policiais, o pesquisador pode ser obrigado a entregar suas fontes. Há poucos relatos metodológicos de como os pesquisadores se protegem de possíveis riscos de violação do sigilo, mas precauções metodológicas, como as explicitadas por Humphreys (2008a), são estabelecidas caso a caso. Em muitas ocasiões, a garantia de confidencialidade é a condição de possibilidade para a condução da pesquisa, pois, caso contrário, os informantes não se disporão a participar do estudo sob risco de prisão ou violação de sua intimidade. Temas importantes para a segurança pública, como o tráfico de drogas ilícitas, para a saúde pública, como o aborto, ou para a proteção da infância, como a pedofilia, precisam ser estudados por observação ou entrevista, mas como conduzir essas pesquisas sem impor riscos aos participantes?

A fronteira entre a pesquisa social e o jornalismo é estabelecida não apenas por suas diferentes proteções no exercício da profissão, mas por suas ambições quanto aos resultados. Da mesma forma, pesquisa social não se confunde com investigação policial: é possível conduzir estudos sobre temas ilegais sem pôr em risco os participantes? Os pesquisadores têm o direito de estudar temas ilegais? Se sim, que garantias os comitês podem oferecer aos pesquisadores? E que garantias de proteção os pesquisadores oferecem aos participantes? Hoje, essas são garantias de cuidados metodológicos, tais como destruição das fitas, uso de pseudônimos ou promessa de que, em caso de litígio, os dados não serão entregues à polícia ou à justiça. Outra possibilidade seria a retirada de qualquer informação que identificasse os participantes do material arquivado. Assim, o que poderia ser solicitado pela justiça seria sempre anônimo.

Os principais desafios

Assim como no debate sobre a pesquisa biomédica, os casos assumem o papel privilegiado de potencializar os limites do raciocínio ético. A vasta maioria das pesquisas sociais não ameaça a integridade ou a segurança dos participantes, como poderia ter ocorrido com o estudo de Humphreys; não impõe sentimentos de humilhação aos entrevistados, como provocou o relato de Bosk; não lida com temas ilegais, como a pesquisa de Scarce; ou não

viola preceitos básicos da vida social, como fez Chagnon. Isso não significa que os comitês devam impedir pesquisas com riscos ou cujos relatos etnográficos possam provocar sentimentos ambíguos nos participantes. Ao contrário, o que os casos nos mostram é a importância de se analisar cada projeto a partir das particularidades fenomenológicas envolvidas. A mesma pesquisa de Humphreys, por exemplo, poderia ter sido conduzida por um etnógrafo gay, cuja relação de proximidade com os participantes ofereceria segurança e não ameaçaria a privacidade. Já a pesquisa de Whyte não teria sido objeto de maiores controvérsias se não houvesse a quebra do anonimato do informante-chave, independente de quanto tempo tivesse transcorrido desde a finalização do trabalho de campo.

Mas os casos aqui explicitados têm o papel de implodir a segurança ética da pesquisa social: como os riscos são menores que os envolvidos nas pesquisas biomédicas; como as técnicas de pesquisa social mimetizam as relações sociais cotidianas, tais como fazem as entrevistas; ou mesmo como algumas técnicas não impõem alterações nas cenas cotidianas, como é o caso da observação ordinária, acredita-se que o tema da ética em pesquisa não deva alcançar as pesquisas sociais. Mas a resistência não deve estar em aproximar pesquisa social de revisão ética, e sim em considerar como válidas e legítimas as normas e práticas dos saberes biomédicos para a pesquisa social. Grande parte do debate internacional sobre pesquisa social e ética em pesquisa resiste ao enquadramento da pesquisa social nos moldes biomédicos de métodos, técnicas e resultados (Citro et al. 2003; Marshall 2003; Bosk 2004; Bosk & Uries 2004; Haggerty 2004; Hamilton 2005; Hoeyer et al. 2005; Ells & Gutfreund 2006; Katz 2006, 2007; Dingwall 2007; Feeley 2007; Guerriero & Dallari 2008; Morse 2008). Os campos são diferentes, e a riqueza da reflexão ética somente será seriamente considerada quando as particularidades disciplinares e metodológicas forem igualmente reconhecidas.

Entre os desafios enfrentados pelos comitês, dois sumarizam os rumores e as tensões compartilhados pelos pesquisadores sociais ao submeterem seus projetos à revisão ética. O primeiro deles é o modelo de raciocínio dedutivo esperado de um projeto de pesquisa. Nem todos os projetos de estudos sociais apresentam as mesmas seções de um projeto biomédico, com especificações sobre pergunta, problema, hipótese, amostra, critérios de inclusão e exclusão de participantes, riscos ou benefícios pré-estabelecidos. Há muitos protocolos de pesquisa social que partem de um tópico, e é da interação entre teoria e empiria que se delinea a pergunta de pesquisa. Grande parte das narrativas etnográficas visuais, por exemplo, se enquadram nesse formato (Diniz 2008). Para esses formatos de investigação, é particularmente desafiante o exercício de interpretação das regulamentações da Resolução CNS 196/1996. O resultado é ou a total rejeição por parte dos pesquisadores sociais aos comitês de ética ou a apresentação de projetos-para-a-aprovação, dissociados das práticas cotidianas dos campos de origem dos pesquisadores. Esses poderiam ser projetos avaliados sob o critério da “avaliação simplificada”, tal como já foi

instituído por vários sistemas internacionais de revisão ética (Bankert & Amdur 2006).

O segundo desafio é a exigência do termo de consentimento livre e esclarecido por escrito e anterior à fase de coleta de dados. Muitas pesquisas sociais utilizam técnicas de entrevista, cuja cena de pesquisa é formalmente definida, o que permite a apresentação do termo antes do início da interação social entre pesquisador e participante. É nesse estilo de trabalho de campo que se enquadra grande parte das pesquisas realizadas na interface das humanidades e da saúde, em particular por pesquisadores sociais oriundos dos campos biomédicos. No entanto, a mesma exigência inviabiliza a pesquisa etnográfica com outros grupos culturais, com populações iletradas ou mesmo com comunidades em que o *rapport* é a condição para a aproximação do pesquisador (Gubrium & Holstein 2002; Plattner 2003; Hoeyer et al. 2005; Alasuutari et al. 2008; Morse 2008). Sem o *rapport*, não há confiança, e sem confiança, não há reciprocidade para a pesquisa. Além disso, sem o *rapport*, não há como se apresentar o termo de consentimento livre e esclarecido, que se assemelha a um contrato entre pessoas com interesses em disputa, no qual se definem riscos, benefícios, prejuízos e proteções. Grande parcela das pesquisas sociais é de risco mínimo, e para elas um termo de consentimento oral é suficiente para garantir que o encontro entre as partes é genuíno e voluntário. Outra possibilidade é apresentar o termo de consentimento livre e esclarecido ao final do trabalho de campo.

Se a intenção for assumir que as pesquisas sociais deverão ser avaliadas por comitês de ética, esse movimento exigirá dos membros novas práticas de revisão. A primeira mudança será uma guinada de olhar, uma ampliação de o que se entende por pesquisa. O desafio não será incluir todos os campos sob a rubrica de pesquisa, tal como definida pela Resolução CNS 196/1996, mas seriamente iniciar um debate entre os campos sobre como eles desejam ser entendidos para fins de revisão ética. Uma peça de teatro, um documentário ou uma matéria jornalística que exijam entrevistas ou observações, deverão todos ser avaliados por um comitê? Se sim, sob que critérios? Se não, como serão protegidos os interesses e direitos dos participantes para essas iniciativas de pesquisa? A afirmação de que qualquer pesquisa com participantes pressupõe a revisão por comitês não é resposta suficiente para subordinar todos os campos e técnicas aos comitês de inspiração biomédica.

A segunda mudança pressupõe uma extensa sensibilização dos membros dos comitês para as pesquisas sociais. Não basta a disposição para o olhar interdisciplinar; os comitês necessitam de especialistas na diversidade de técnicas e métodos que chegam a eles. A criação de comitês especializados em pesquisa social é uma dessas saídas, tal como foi proposto pela Universidade de Brasília em 2007. A elaboração de diretrizes específicas sobre ética em pesquisa em ciências humanas e sociais, que poderia auxiliar tanto pesquisadores sociais quanto membros de comitês de ética em pesquisa, é outra estratégia.

Notas

1. Debora Diniz foi responsável pela redação do artigo e Iara C.Z. Guerriero incluiu suas contribuições.
2. Isso não significa que não existam pesquisas sociais com técnicas quantitativas. O uso do conceito neste artigo é instrumental para representar a diversidade de campos e métodos que fazem uso de técnicas qualitativas de levantamento ou análise dos dados.
3. Esse caso foi originalmente apresentado em uma versão mais detalhada em Diniz, 2007.
4. *Tearoom* é a expressão coloquial em língua inglesa para os encontros homossexuais em banheiros públicos.

Referências bibliográficas

Adler P., Johnson J. Special edition: Street Corner Society revisited. *J. Contemp. Ethno.* 1992; 21(1):3-10.

Alasutari P, Bickman L, Brannen J. *The SAGE handbook of social research methods*. London: Sage; 2008.

Albert, B. Round 1, round 2 and round 3. In: Borofsky R. (editor) *Yanomami: the fierce controversy and what we can learn from it*. Berkeley: University of California Press; 2005. p.109-281.

Albert B, Oliveira JCD. Universidade Federal do Pará devolverá amostras de sangue yanomami. *CCPY*, 7 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=noticia&id=4314>>. Acesso em: 12 Out. 2008.

Bankert EA, Amdur RJ. *Institutional review board: management and function*. 2. ed. Boston: Jones and Barlett Publishers; 2006.

Beauchamp TL, Faden RR, Wallace R. et al. **Ethical issues in social science research**. Baltimore: The John Hopkins University Press; 1982. 435p.

Borofsky R. *Yanomami: the fierce controversy and what we can learn from it*. Berkeley: University of California Press; 2005.

Bosk C. Irony, ethnography, and informed consent. In: Hoffmaster B. *Bioethics in social context*. Philadelphia: Temple University Press; 2001. p.199-220.

Bosk C. The ethnographer and the IRB: comment on Kevin D. Haggerty, "Ethics creep: governing social science research in the name of ethics". *Qualitative Sociol.* 2004; 27(4):417-20.

Bosk CL. *All God's mistakes: genetic counseling in a pediatric hospital*. Chicago: The University of Chicago Press; 1992. 192p.

Bosk CL, Vries RGD. Bureaucracies of mass deception: Institutional Review Boards and the ethics of ethnographic research. *Ann Am Acad.* 2004; 595:249-263.

Brasil. Normas regulamentadoras sobre pesquisa em seres humanos. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde; 1996.

Brasil. Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Reunião sobre ética na pesquisa qualitativa em saúde: relatório. São Paulo, SP, 2007. Disponível em: <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/saude/cepsms/0018/Relatorio_Etica_em_Pesquisa_Qualitativa_em_Saude.pdf>. Acesso em: 12 Out. 2008.

Cecil J, Wetherington GT. Court-ordered disclosure of academic research: a clash of values of science and law. *Special Edition of Law and Contemporary Problems*. 1996; 59(3).

Chagnon N. *Yanomamö: the fierce people*. New York: Holt, Rinehart and Winston; 1968.

Chagnon N. Life histories, blood revenge, and warfare in a tribal population. *Science*. 1988; 239:985-92.

Chambers E. Fieldwork and the law: new contexts for ethical decision making. *Soc. Prob.* 1980; 27(3):330.

Citro CF, Ilgen DR, Marret C. *Protecting participants and facilitating social and behavioral sciences research*. Washington: The National Academies Press; 2003.

Dash L. Journalism and institutional review boards. *Qualitative Inquiry*. 2007; 13(6):871-4.

Denzin NK, Lincoln YS. *Collecting and interpreting qualitative materials*. 3.ed. London: Sage; 2008a. 701p.

Denzin NK, Lincoln YS. *The landscape of qualitative research*. 3.ed. London: Sage; 2008b. 621p.

Dingwall R. Turn off the oxygen ... *Law Soc Rev.* 2007; 41(4):787-96.

Diniz D. Avaliação ética em pesquisa social: o caso do sangue yanomami. *Rev Bioética*. 2007; 15(2): 284-325.

Diniz D. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. *Ciê. Saú. Col.* 2008; 13:417-426.

Ells C, Gutfreund S. Myths about qualitative research and the tri-council policy statement. *Can J Soc.* 2006; 31(3):361-73.

Emanuel EJ, Crouch RA, Arras J et al. Ethical and regulatory guidance for research with humans. In: *Ethical and regulatory aspects of clinical research*. Maryland: The Johns Hopkins University Press; 2003. p.25-28.

Emanuel EJ, Grady C, Crouch R et al. *The Oxford textbook of clinical research ethics*. Oxford: Oxford University Press; 2008.

Erikson KT. A comment on disguised observation in sociology. *Soc. Prob.* 1967; 14(4):366-73.

Feeley MM. Legality, social research, and the challenge of institutional review boards. *Law Soc Rev.* 2007; 41(4):757-76.

Glazer M. Impersonal sex. In: Humphreys L. *Tearoom trade: impersonal sex in public places*. New Brunswick: Aldine Transaction; 2008. p. 213-222.

Gordon EJ. Trials and tribulations of navigating IRBs: anthropological and biomedical perspectives of 'risk' in

- conducting human subjects research. *Anthropol Quart.* 2003; 76(2):299-320.
- Gubrium JF, Holstein JA. *Handbook of interview research: context and method.* London: Sage; 2002.
- Guerrero ICZ, Dallari SG. The need for adequate ethical guidelines for qualitative health research. *Ciê. Saú. Col.* 2008; 13:303-11.
- Guerrero ICZ. *Aspectos éticos das pesquisas qualitativas em saúde.* [Tese] Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo; 2006.
- Guilhem D, Diniz D. *O que é ética em pesquisa.* São Paulo: Brasiliense; 2008.
- Haggerty K. Ethics creep: governing social science research in the name of ethics. *Qual. Sociol.* 2004; 27(4):391-414.
- Hamilton A. The development and operation of IRBs: medical regulations and social science. *J Appl Commun Res.* 2005; 33(3):189-203.
- Hoeyer K, Dahlager L, Lynøe N et al. Conflicting notions of research ethics: the mutually challenging traditions of social scientists and medical researchers. *Soc Sci Med.* 2005; 61(8):1741-9.
- Hoffman NV. Sociological snoopers. In: Humphreys L. *Tearoom trade: impersonal sex in public places.* New Brunswick: Aldine Transaction; 2008. p.177-181.
- Hoffmaster B. *Bioethics in social context.* Philadelphia: Temple University Press; 2001.
- Horowitz IL, Rainwater L. On journalist moralizers. In: Humphreys L. *Tearoom trade: impersonal sex in public places.* New Brunswick: Aldine Transaction; 2008. p.181-190.
- Horowitz IL, Rainwater L. *Tearoom trade: impersonal sex in public places.* New Brunswick: Aldine Transaction, 2008a. 237p. Originalmente publicado em 1970.
- Humphreys L. Retrospect: ethical issues in social research. In: Humphreys L. *Tearoom trade: impersonal sex in public places.* New Brunswick: Aldine Transaction, 2008b. p.223-232.
- Katz J. Ethical escape routes for underground ethnographers. *Am Ethnol.* 2006; 33(4):499-506.
- Katz J. Toward a natural history of ethical censorship. *Law Soc Rev.* 2007; 41(4):797-810.
- Korn J. *Illusions of Reality: a history of deception in social psychology.* New York: State University of New York Press; 1997.
- Malinowski B. *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia.* São Paulo: Abril; 1976. 476p. (Coleção Os Pensadores).
- Marshall PA. Human subjects protections, institutional review boards, and cultural anthropological research. *Anthropol Quart.* 2003; 76(2):269-85.
- Minayo MCDS. Anthropological contributions for thinking and acting in the health area and its ethical dilemmas. *Ciê. Saú. Col.* 2008; 13:329-39.
- Morse JM. Does informed consent interfere with induction? *Qual Health Res.* 2008; 18(4):439-0.
- Neel J. *Physician to the gene pool: genetic lessons and other stories.* New York: John Wiley & Sons; 1994.
- Palys T, Lowman J. Ethical and legal strategies for protecting confidential research information. *Canad J Law Soc.* 2000; 15(1):39-0.
- Palys T, Lowman J. Anticipating law: research methods, ethics, and the law of privilege. *Sociol Method.* 2002; 32:1-17.
- Plattner S. Human subjects protection and cultural anthropology. *Anthropol Quart.* 2003; 76(2): 287-97.
- Ribbens J, Edwards R. *Feminist dilemmas in qualitative research: public knowledge and private lives.* London: Sage; 2000.
- Roth JA. Comments on 'secret observation'. *Soc. Prob.* 1962; 9(3):283-4.
- Scarce R. (No) trial (but) tribulations: when courts and ethnography conflict. *J Contemp Ethnol.* 1994; 23(2):123-149.
- Scarce R. Scholarly ethics and courtroom antics: where researchers stand in the eyes of the law. *Am Sociol.* 1995; 26(1):87-112.
- Sieber JE. *NIH readings on the protection of human subjects in behavioral and social science research.* Maryland: University Publications of America; 1984.
- Thorne B. 'You still takin' notes?' Fieldwork and problems of informed consent. *Soc. Prob.* 1980; 27(3):284-97.
- Tierney P. *Trevas no Eldorado: como cientistas e jornalistas devastaram a Amazônia e violentaram a cultura ianomâmi.* Rio de Janeiro: Ediouro; 2002.
- Victoria C, Oliven R, Maciel M et al. *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil.* Niterói: Associação Brasileira de Antropologia; 2004.
- Warick DP. *Tearoom trade: means and ends in social research.* In: Humphreys L. *Tearoom trade: impersonal sex in public places.* New Brunswick: Aldine Transaction; 2008. p.191-212.
- Wax ML. Paradoxes of 'consent' to the practice of fieldwork. *Soc. Prob.* 1980; 27(3):272.
- Whyte WF. *Revisiting Street Corner Society.* Sociol. Forum. 1993; 8(2):285-98.
- Whyte WF. *Sociedade da Esquina.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2005.
- World Medical Association. *Declaration of Helsinki: ethical principles for medical research involving human subjects.* Edinburgh: WMA; 2000. 

Sobre os autores

Debora Diniz

É Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (1999). Atualmente é professora adjunta da Universidade de Brasília e pesquisadora da Anis: Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero e compõe a diretoria da International Association of Bioethics. Pesquisadora do CNPq. Possui 63 artigos publicados em periódicos científicos, 47 capítulos de livro, 7 livros, 9 livros organizados, 98 artigos de jornal, 5 filmes e 43 prêmios. Desenvolve projetos de pesquisa sobre bioética, ética em pesquisa, direitos reprodutivos, estado laico e deficiência pelo CNPq, Fundação Ford, Prosare, Finep e Ministério da Saúde. É co-editora chefe do periódico *Developing World Bioethics*, co-editora de artigos originais da RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, e do conselho editorial de 9 periódicos nacionais e internacionais. É coordenadora do comitê de ética em pesquisa em humanidades da Universidade de Brasília. O livro "Pelos lentes do cinema: bioética e ética em pesquisa", organizado em parceria com Dirce Guilhem e Fabio Zicker, foi indicado como uma das dez melhores obras de saúde para o Prêmio Jabuti/2008.

Iara Guerriero

Iara Guerriero é psicóloga, doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado St Thomas University, Canadá. Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo- 2002-2008. Membro da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-Conep- 2003-2007. Professora da pós-graduação em Ciências da Saúde, na Faculdade de Medicina ABC.